DOI: https://doi.org/10.22456/1984-1191.133613

Quatro questões relacionadas aos acervos digitais e à historicidade na sociedade da informação

Four issues related to digital collections and historicity in the information society

Jully Reis

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, RJ, Brasil

reisjully@id.uff.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1546-2403

Marco Brandão

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, RJ, Brasil

marcobrandao@id.uff.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6045-482X

Recebido em: 18 de junho de 2023
Aceito em: 15 de agosto de 2023

Resumo

Este texto introduz quatro questões a serem consideradas junto ao processo de transformação digital de acervos, particularmente o entendimento e aplicação do conceito de *tempo histórico* relacionado à informação no espaço virtual e o impacto causado na percepção e interpretação dos usuários, em especial no processo educativo. Essas primeiras aproximações consideram que produzir e consumir, informações de repositórios virtuais, para além dos objetivos de preservação e difusão, estabelecem determinados desafios na Sociedade da Informação, entre os quais as alterações do *ser* (historicidade), do *tempo* e o impacto que estes podem causar na constituição e uso dos acervos digitais que transformam a forma como o conhecimento é registrado e ensinado.

Palavras-chaves: Acervos digitais. Historicidade. Sociedade da Informação.

Abstract

This text introduces four issues to be considered in the digital transformation process of collections, particularly the understanding and application of the historical time concept related to information in virtual space and the impact caused on perception and interpretation of users, especially in the educational process. These first approaches consider that producing and consuming information from virtual repositories, in addition to preservation and diffusion objectives, establish certain challenges in the Information Society, among which the being changes (historicity), time and impact that these can cause in the constitution and use of digital collections that transform the way knowledge is recorded and taught.

Keywords: Digital collections. Historicity. Information Society.

Introdução

Por ser inerente a todas as coisas, o *tempo* sempre intrigou a humanidade. Filósofos, religiosos, físicos, matemáticos, historiadores, entre outros, o olharam sem, no entanto, defini-lo de forma absoluta e definitiva porque ele próprio – o *tempo* – é para o ser humano uma dimensão que condiciona a sua percepção e existência. Significa dizer que o *tempo*, embora externo ao indivíduo, é definido por ele mesmo, ou seja, de forma idiossincrática, uma sensação derivada da transição de movimento com efeitos físicos e psicológicos.

Nesse sentido, a noção humana comum de *tempo* é sensorial. No que concerne a influência do distanciamento temporal, compete destacar a produção do conhecimento histórico a partir das interpretações de rupturas e continuidades, das quais originam as estruturas temporais para a pesquisa científica. Uma percepção disso é dada pela organização dos acontecimentos em momentos, intervalos ou períodos de duração: isso permite medir o quanto estão distantes entre si, dimensionando a temporalidade em sua fragmentação e conceituação, como propôs Fernand Braudel (1965) ao definir as "curtas", "médias" e "longas" durações dos ritmos alternados que a história imprime.

A medição do *tempo* pela humanidade, mais que o enfoque de sua natureza, do aperfeiçoamento dos calendários, do próprio relógio e das perspectivas metodológicas, envolve, portanto, uma compreensão e definição para além da provocação conceitual de um vocábulo que carrega em si interpretações que vão de natureza científica às de natureza subjetiva: do ponto de vista histórico, costurar as linhas que ilustram seu significado revela um grande desafio, seja em caráter científico ou particular; portanto, atribuir sentido à palavra é uma questão amalgamada na relatividade. E se o *tempo* é uma grandeza relativa, ele perpassa por paradigmas e é mutável. Neste sentido, o *tempo* é mais que uma categoria formal, demonstrando ser um conceito que é, sobretudo, construído historicamente.

A História como a "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo" (Bloch, 2002) está calcada na construção social das temporalidades, sujeita às transformações de mesma ordem e, por isso, o ofício do historiador entende o conhecimento histórico não somente funcional ou linear, mas necessariamente variável e sob perspectivas: embora todas as afirmações promovam a identificação e relevância do lugar do *tempo*, o fazer historiográfico está enraizado no conjunto de circunstâncias e influências, entre as quais aquelas que estão preservadas e se propagam sob as mais

diversas manifestações materiais, imateriais e que avançam neste conceito chave e específico de discussão: o *tempo histórico*.

Em uma interlocução entre a História e a Filosofia, Koselleck (2006) teoriza o *tempo* como um fenômeno que não pode ser naturalizado, tendo em vista sua dimensão histórica, portanto, a construção cultural. Seguindo para uma reflexão teórico-filosófica, o conceito de *tempo histórico* é estabelecido a partir de duas categorias meta-históricas de análise em um diálogo com a fenomenologia: o *espaço de experiência*, entendido como os passados enraizados nos indivíduos, manifestos de forma consciente ou inconsciente através das pessoas, objetos, instituições, e o *horizonte de expectativa*, que é entendido como as possibilidades de futuros apresentadas, cogitadas, disputadas e não necessariamente realizáveis. Logo, se o *tempo* é a dimensão básica e idiossincrática da existência, a realidade histórica do autor consiste na tensão entre essas duas categorias: a *experiência* (passado) e a *expectativa* (futuro).

É evidente, portanto, que as temporalidades são históricas: em se tratando das heranças da *episteme* moderna, inaugurando um passado que não é mais fonte única e absoluta de autoridade, a estrutura temporal se modifica frente a um contexto cujo o conceito de "progresso" é emergente. Esse conceito eclode a partir das revoluções técnico-científicas do século XVIII (Kunh, 2007), cuja tendência é de um distanciamento cada vez maior entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Por isso, neste momento histórico, há um destaque da atuação do *horizonte de expectativa*, dado que o anseio pelo futuro progressista está sendo idealizado. A "predominância" desta categoria define o *tempo histórico* da modernidade para Koselleck (2006).

É fundamental observar que esta projeção para o futuro é a elaboração do indivíduo frente ao *tempo* e essa relação, para Koselleck (2006), é entendida como *historicidade*. Ora, se o *tempo histórico* é a tensão entre futuro e passado, em determinado contexto histórico — singular em suas dimensões sociais, políticas e culturais — o destaque de uma categoria temporal é a *historicidade* daquele *tempo*.

Em uma análise da *historicidade* no mundo hodierno, é relevante mencionar as mudanças disruptivas oriundas da transformação digital. Fala-se aqui não apenas da criação de repositórios e acervos referentes a um mundo outrora físico como também da criação neste próprio ambiente de uma *historicidade* que envolve novas dimensões de *tempo* e como ele pode interferir no reconhecimento, interpretação e até mesmo na

validade do *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* na definição do *tempo histórico* de objetos no ambiente virtual.

O presente artigo apresenta quatro questões a serem consideradas junto ao processo de transformação digital de acervos, particularmente o entendimento e aplicação do conceito de *tempo histórico* relacionado à informação no espaço virtual e o impacto causado na percepção e interpretação dos dados pela comunidade acadêmica e científica no processo educativo.

Primeira questão: a alteração do *ser* na transformação digital

Na contemporaneidade, com o advento dos avanços tecnológicos, a comunicação tornou-se instantânea, há eficiência de acesso e velocidade da informação, o trânsito de tarefas distintas sendo realizadas simultaneamente etc. O processo de virtualização é inerente à construção cultural contemporânea (Levy, 1996), com impactos na presente *historicidade*, ao passo que influencia os aspectos constituintes da consciência histórica formulada por Koselleck (2006), sendo esses: as experiências históricas, a linguagem e as estruturas temporais.

Deste modo, definir a *historicidade* implica compreender o *ser* que a compõe, uma vez que as manifestações do *ser* são produtos de sua consciência histórica. Além disso, verifica-se o caráter dinâmico dos fatores que abrangem a consciência, visto que se relacionam diretamente com a história, a linguagem e o *tempo*, igualmente dinâmicos e compõem ou criam a materialidade e imaterialidade cultural das civilizações (Chuva, 2011).

A alteração da relação do *ser* com o *tempo* neste contexto, já não pode ser explicada pela abordagem tradicional da metafísica ocidental, segundo a lógica dos debates clássicos da Antiguidade que afirmavam estar ele – o *tempo* – dissociado da existência, compreendido de forma isolada e sem influências da concepção do *ser*. A cosmogonia platônica, ao refletir a origem do *tempo*, apresenta sua continuidade e passagem a partir do caráter mutável das ideias, acusando sua constante transformação. Deste modo, uma eternidade que progride pela lei dos números (Platão, 2010). No entanto, a virtualização (Levy, 1996) está intimamente ligada à interação do indivíduo e através dela com o mundo, em um movimento dinâmico e enraizado na temporalidade, numa recíproca interação entre o *ser* e o *tempo* na transformação da consciência histórica.

Considerando que os efeitos da transformação digital também apresentaram novos paradigmas e, consequentemente, profundas mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas, é evidente que a consciência histórica também se altera e, portanto, redefine a experiência do *ser* e emerge outra *historicidade*.

Essa *historicidade* está profundamente marcada na contemporaneidade pelo digital, fruto não só da manifestação e criação cultural, como também da própria transformação do não digital para o virtual: não somente o acesso e sua velocidade como também o trânsito simultâneo próprios do processo de virtualização trazem também outro componente à construção cultural contemporânea que é a possibilidade do *ser* interagir, reconstruir e recriar dinamicamente a experiência do passado e a expectativa do futuro com um mediação tecnológica.

Essa interferência direta é muitas vezes desprovida de consciência. Os sistemas informatizados rompem com o *tempo* cronológico da historiografia e com os limites da história escrita ao promover a difusão de conteúdos que estão diretamente nas mãos das pessoas que, de forma despreocupada, produzem e reproduzem informações de diferentes contextos, assuntos e que muitas vezes divergem de seu *tempo* original, sendo categorizadas em outras datas e contextos. As *fake news* são exemplos desse caráter atemporal das informações e artefatos com relação à história recente da humanidade; mas o processo de digitalização estabelece também determinados desafios nesse sentido: com tudo convertido ao formato digital e daí à virtualização, ocorrem profundas mudanças na forma de se relacionar com os objetos, o tempo e o espaço deles, de tal maneira que os acervos digitais estão sujeitos e são resultados de outros marcos de temporalidade, uma outra manifestação de *tempo histórico*.

Daí que o *ser* ao reinterpretar e interagir livremente como estes acervos, também o reconstrói com os recursos próprios de engajamento e compartilhamento da Sociedade da Informação (Kumar, 1995), os quais fazem o *tempo histórico* possuir um teor cíclico, impondo a primazia do passado em uma vivência presente, baseando-se no retorno ao antigo como se fosse algo novo: a manipulação de datas em conteúdos, o impulsionamento da desinformação, da falta de contexto, a desordem temporal da história nas diversas camadas de tempo que um registro digital pode conter no espaço virtual. É dessa forma que o *tempo histórico* adquire sentido, demandando reciprocamente a dimensão do *ser* e a *historicidade*, revelando um novo lugar do *tempo dos acervos* em face às mudanças tecnológicas.

Os suportes eletrônicos que reorganizam as memórias da Sociedade da Informação (Kumar, 1995), inauguram critérios arquivísticos e de valor no *espaço virtual*: à medida que a interação contínua e dinâmica do *ser* é ampliada e operacionaliza o digital – produzindo e difundindo conteúdos de variadas características – os acervos são convertidos à arbitrariedade, em função da inexistência de controle e administração dos registros informacionais.

Assim, revela-se o desafio intelectual dos acervos: ao compreender que a construção do conhecimento perpassa pela estreita relação entre pesquisadores-informação-documentação (Oliveira, 2010), o processo incessante de criação e compartilhamento sem a curadoria digital, além de alterar o funcionamento dos registros e estabelecer acervos falhos em gerenciamento de conteúdo, dinamiza as possibilidades de relacionamento e atuação do *ser* no *espaço virtual*, promovendo consequências de ordem técnica e social.

Segunda questão: o *tempo* digital

O evento tecnológico que ficou conhecido como "Y2K", mais que um problema de cibersegurança, incluiu uma noção do que o *tempo* pode significar no universo digital. O Y2K era um problema que ocorreria nos sistemas informatizados na passagem do ano de 1999 para 2000 em função do fato de que, dos anos 1960 até aquele momento, os computadores registravam suas datas no formato "DD/MM/AA", ou seja, registravam em seus calendários internos o ano com os dois dígitos finais para poupar espaço de memória das máquinas daquela geração.

Com isso, teve lugar um medo coletivo entre as pessoas ao entenderem que depois do ano de 1999 - grafado nos sistemas informatizados apenas com "99", ao chegar o ano 2000 - igualmente grafado com "00", as máquinas o "compreenderiam" como ano 1900, retornando a um *tempo* no qual sequer existiam os computadores. Esse tipo de erro lógico na programação é conhecido como "*bug*": daí também o Y2K ser conhecido como "*Bug* do milênio" (Murray & Murray, 1996).

O medo ia desde o colapso nos sistemas de aeroportos, bancos, usinas nucleares, até a identidade das pessoas - alguém nascido em 1980, passaria a ter 80 anos. Com relação ao sistema bancário, o *Bug* significaria uma crise mundial maior do que a de 1929 ao retornar datas de transações a períodos em que as instituições e algumas pessoas sequer existiam.

De forma semelhante às crenças de fim do mundo, o *Bug* do milênio resultou em algo aparentemente inofensivo, mas foi responsável por uma mistura distópica da realidade, integrando também um evento histórico misterioso, mas não isolado. De fato, além da ação de *hackers* em um eventual ataque capaz de gerar um caos generalizado, uma das soluções para neutralizar o problema Y2K na virada do ano de 1999 a 2000, acabou criando um outro em 1 de janeiro de 2020: ao mudar os dígitos do ano de referência de 19 para 20, tomado como o ano do "novo século", outro *bug* se deu deixando, por exemplo, os parquímetros da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, sem processar pagamentos por não distinguirem os dígitos referentes à década daqueles referentes ao milênio. Um outro Y2K está previsto para o ano de 2038 e atingirá predominantemente os computadores de baixo nível em certos sistemas informatizados, os quais armazenam o *tempo* como o número de segundos que registram desde a década de 1970: esses sistemas terão o limite de capacidade atingido em 2038 (Murray & Murray, 1996).

O *tempo* no ambiente digital, portanto, tem imposto desafios à sociedade já intensamente afetada pelos sistemas informatizados. Neste cenário, e se considerando o conceito de *tempo histórico*, um tipo de problema Y2K começa a ser desenhado, dessa vez não somente relacionado às condições e capacidades tecnológicas das máquinas, mas também a outras estruturas da civilização.

A transformação digital apresenta de forma intempestiva a temporalidade do *espaço virtual*. A Sociedade da Informação (Kumar, 1995) é capaz de imprimir o inédito a partir de uma nova régua de *tempo*, fundamentada em um lugar que supera a linearidade, demonstrando novas medidas e predominâncias de estratos temporais – tal como os padrões dos motores de busca que ordenam os resultados de publicações mais recentes às mais antigas, ditando uma percepção qualitativa de um conteúdo mais "atualizado", de uma história mais recente. E assim como as *fake news*, conteúdos informacionais podem ser designados como produtos da "pós-verdade" (Oxford, 2016), já atribuindo ao prefixo "pós" uma alteração na mudança de paradigma, assim sendo, outra manifestação de *tempo histórico* a partir do ambiente digital.

Nesse ambiente, a compreensão e apropriação dos fatos históricos contrastam com os fenômenos de conhecimento, uma vez que as desinformações históricas e sem contexto circulam livremente como "fatos". Para além de uma discussão acerca da subjetividade histórica, sem aprofundar as questões de interesse e intencionalidade das fontes e critérios de seleção historiográfica, pode-se distinguir o que está por detrás do

"fato histórico" e o "fenômeno de conhecimento". Como conhecimento, o falso não é histórico, mas a reprodução massiva de um "dizer falso" é tido como um "fato histórico" à medida que impacta o próprio rumo da história.

Entre tantos outros, o "fato histórico" baseado no "fenômeno de conhecimento" de nome "teoria da geração espontânea" ou "abiogênese", por exemplo, foi uma hipótese formulada pelo filósofo grego Aristóteles há mais de 2000 anos que admitia, *grosso modo*, o surgimento dos seres vivos a partir de matéria bruta forma contínua. Científica e totalmente desacreditada entre os séculos XVIII e XIX por trabalhos de pesquisadores como Louis Pasteur, trata-se hoje de um conhecimento obsoleto, mas segue como um fato histórico.

Assim, nem sempre o "fato histórico" é um "fenômeno de conhecimento", sobretudo nos dias atuais ao se considerar a particularidade de que as notícias falsas que não são conhecimento, mas são apropriadas como fatos históricos à luz de sua circulação, produzem impactos e profundas consequências na vida política, econômica, social e criando distopias – ainda, adquirem um "lugar de referência" (sites, redes sociais, portais etc.), repositórios que qualquer pessoa pode diretamente acessar ou ser induzida a acessar.

A compreensão e apropriação dos fatos históricos a partir desta questão contrastam com os fenômenos de conhecimento, uma vez que as desinformações históricas e sem contexto já não dependem somente do que o suporte informacional registra, mas de um rigor científico que passa a ser exigido nos processos de leitura, educação e práticas pedagógicas: a competência técnica do docente poderá estar sujeita às referências sem validade científica disponíveis no *espaço virtual*, concomitante ao prejuízo aos discentes que, diante do desconhecimento, absorvem conteúdos enganosos, acreditando e fazendo circular massivamente informações dessa natureza.

Reconhecendo a latência dos estratos temporais passado e futuro, junto ao fato natural de que nunca se coincidem, o *tempo* digital apresenta particularidades ilógicas frente ao tempo convencional, demonstrando seus marcos inéditos: a digitalização de um conteúdo carrega marcas de datação externas ao ambiente virtual, uma vez que um produto convertido ao digital possui uma data original que é anterior à virtualização.

Para além da tensão entre ambas as datas, a existência de um produto virtual requer outros marcos de *tempo*: atualizações e substituições que dificultam o processo de rastreamento de mudanças, cronologia e identificação da proveniência dos conteúdos, a natureza descentralizada dos sistemas de informação, a presença

simultânea de um mesmo produto em vários locais distintos na *web*, contas pessoais, servidores, arquivos *off-line* num dispositivo móvel, etc. A preocupação com as políticas de uso e controle das tecnologias informacionais reflete na necessidade de uma administração daquilo que está sendo constituído como os acervos digitais da Sociedade da Informação (Kumar, 1995), preservando sua relevância e recuperação cultural nas camadas de *tempo* que lhe envolvem, assegurando a memória das civilizações.

Terceira questão: o lugar do *tempo* na Sociedade da Informação

As tecnologias sempre provocaram, em maior ou menor grau, rupturas que possibilitaram a estruturação das civilizações como as vivenciadas atualmente e, notadamente, todas as abordagens contemporâneas a consideram como parte ou o próprio paradigma.

Muitas vezes interpretada e entendida como algo recente, sofisticado, a tecnologia possui, no entanto, raízes no estudo e reflexão da *técnica*, a qual sempre esteve presente transformando o *ser* com o avanço e a aplicação do conhecimento, das ferramentas de caça na antiguidade, o surgimento da escrita, os motores, até as tecnologias digitais (Lévy, 1993) - estas últimas, Freeman e Perez (1988) indicam como o último dos cinco paradigmas tecno-econômicos por impactar fortemente na sociedade, novamente causando rupturas no *ser*, *estar* e *agir* das civilizações: a Sociedade da Informação (Kumar, 1995).

Historicamente, a Sociedade da Informação inicia após a primeira Revolução Industrial nos finais do século XX com a complexificação do conhecimento advindo do progresso científico, que gerou excedentes de informação. Nesse sentido, otimizar esse fluxo tornou-se imperativo, algo que o matemático Claude Shannon (1948), no artigo *A Mathematical Theory of Communication*, propôs, criando as bases da teoria da digitalização e da revolução digital: a terceira Revolução Industrial.

De lá para cá, a Sociedade da Informação vem convertendo tudo ao formato digital através da digitalização; contudo, esse processo produz mais que artefatos de novas tecnologias - ele muda a forma de pensar, de se comunicar, de se trabalhar e se relacionar com o *espaço* e com o *tempo*.

Mais que a dinâmica do acesso, essa forma de se relacionar com o espaço e com o tempo promove a desterritorialização e a descolonização de informações: se antes a fonte ou recurso de informação possuía uma distância geográfica e de autoridade, no meio digital elas praticamente se anulam ao possibilitar não apenas o conhecimento

como também várias acepções deste conhecimento. E neste ínterim, a necessidade de discernimento entre o que é real, factual e a ilusão, factoide, já não passa mais tão somente pela curadoria das instituições, mas sobretudo das civilizações diretamente representadas.

Neste cenário se determina a relevância de (re) pensar o desafio da Educação como possibilidade de curadoria, discernimento da informação, sobretudo da informação para o conhecimento histórico, frente ao que ela – a Educação – se serve para sua função de educar: a memória, os registros, o conhecimento preservado nos mais diversos suportes e acervos, sejam eles arquivísticos, bibliotecários ou museológicos, e agora no espaço virtual.

Ao mesmo tempo, porém, incluem-se as alterações do tempo da informação provocadas no ambiente virtual: o fato ou artefato transformado ou criado digitalmente já não tem por base somente a data na qual ele ocorreu ou foi criado, mas como ele se incorpora e circula no ambiente virtual, nos acervos digitais, como ele chega e é compartilhado pelo *ser* entendendo-o como algo atual ou passado dependendo de onde o situe ou seja induzido a situá-lo.

A compreensão e apropriação dos fatos a partir desta realidade contrastam com os fenômenos de conhecimento, uma vez que a ausência de discernimento pode causar, além de desinformações, a sua propagação como "fatos", impactando não só seu conhecimento e interpretação, como também o próprio rumo da história. E embora "façam história", produzindo consequências na vida política, econômica, social e criando distopias - como o Y2K, uma informação errônea ou falsa não é um "fenômeno de conhecimento".

Nessa perspectiva, urge o dever em representar o conhecimento histórico sob o prisma das condições de suporte das tecnologias informacionais: a História – mesmo científica – é feita por interpretações. A criticidade dos historiadores viabiliza a (re) criação do passado pelas vias interpretativas, com evidente apoio no rigor científico, praticando o revisionismo histórico natural necessário ao ofício. No entanto, o advento da tecnologia e a facilidade de acesso aos conteúdos, tornaram as informações parte de um consumo desenfreado, originando o entrecruzamento de áreas temáticas que se anulam, sendo de um lado o revisionismo histórico que é imprescindível à produção científica *versus* o revisionismo histórico fruto de interpretações arbitrárias, instrumentalizadas para a difusão de *fake news*, propagação de discursos negacionistas e outras afirmações desprovidas de qualquer crivo de análise.

A manipulação de datas em notícias reais traduz o caráter atemporal que as *fake news* possuem, bem como a crescente do fenômeno negacionista que altera o lugar de *tempo* em sua narrativa para sustentar um passado que não existe, produzindo conteúdos multimídias sob essas condições e que circulam livremente no ambiente virtual.

Embora as verdades objetivas da História precisem reivindicar espaço nos cenários distópicos, disputando forças com os "fatos" irreais empregados como "conhecimento", a falha em discernir e refletir que atravessa a relação do *ser* no *espaço virtual*, jogam luz às fragilidades de uso das tecnologias informacionais: com tantas referências acessíveis, o consumo é norteado pelo apego emocional, levando à crença maior ou menor naquilo que é real e por esse motivo o conceito de "pós-verdade" se mostra uma possibilidade analítica pertinente na leitura desse contexto, a redundância das informações que não são administradas e os *bugs* temporais dos conteúdos digitais, comprovam mais um grau de comprometimento humano que não pode ser confundido ou substituído pela mediação tecnológica - mesmo as marcações do *tempo* digital em sua criação, atualização e transferência dos registros informacionais, requerem a intervenção de normas e outras padronizações de curadoria digital para o controle de um repositório, por conseguinte, dos acervos, assegurando o acesso a informações válidas para um conhecimento efetivo.

Quarta questão: a transformação digital dos acervos

A transformação digital é descrita por Raul Arana (2020) como uma mudança de mentalidade das pessoas com relação ao progresso tecnológico, "o efeito total e geral da digitalização na sociedade", ou seja, com a completa digitalização, novas mudanças e revoluções surgirão em outros tantos aspectos da vida: estruturas socioeconômicas, padrões organizacionais, comportamentais, barreiras culturais, as leis - com efeito, a transformação digital ressignifica o *ser* e sua *historicidade*, que depende dos suportes, registros, preservação e acesso aos diferentes locais onde eles se encontram ou possam estar reunidos em repositórios, acervos.

Os acervos de modo geral são não apenas expressão de registro da história e memória da cultura de um povo, mas também de suas leituras sobre ele (Chuva, 2011). Definem padrões, referências, a ancestralidade das pessoas, mas também o seu *tempo*, registrado da sua origem à sua permanência como valor cultural, vivido e revivido no presente.

Um acervo convertido ao formato digital traz com ele as dimensões de alteração do *ser*, do *tempo* e do seu lugar na Sociedade da Informação (Kumar, 1995) mediante a transformação digital (Arana, 2020). Os efeitos dessa mudança de paradigma e a imediata configuração de uma *historicidade* que desloca a consciência histórica para o consumo e criação da informação, em formas disruptivas e interativas, social e tecnicamente manifestas, permitem analisar e decompor o processo de virtualização em escala individual e coletiva.

Na primeira, torna-se fundamental observar os desdobramentos da transformação do *ser* sob a ótica de sua participação ativa em relação aos conteúdos digitais: atentando para os avanços tecnológicos que acontecem num ritmo gradual, impondo necessidades e fornecendo soluções, a transformação digital é continuamente influenciada pelas práticas do indivíduo, assim como as práticas – do indivíduo – são impactadas em conformidade ao desenvolvimento do paradigma, numa interação mútua entre as partes. Portanto, mais que pensar os acervos digitais em sua constituição final, é crucial fragmentá-los em suas interferências individuais e coletivas, iniciando pela compreensão de que a transformação digital não é um fato externo às modificações de mentalidade e comportamento do *ser*. Assim, rotineiramente, o *ser* é transformado pela interação autônoma no *espaço virtual*, num movimento de criação e distribuição do seu próprio acervo e as leituras, releituras, reconstruções permitidas por isso.

A produção e reprodução dos conteúdos digitais compõem a usabilidade dos sistemas, assegurando eficiência no processo de virtualização. Aqui, a execução das funções presentes no cotidiano dos usuários é ampliada: produzir e replicar num ambiente virtual, embora sejam ações estritamente digitais e, num primeiro momento, individuais que dinamizam o *ser*, provocam impactos na concepção do tempo digital numa relação intrínseca com sua própria existência: as informações temporais do ambiente virtual são manipuláveis. Ao versar sobre a constituição individual dos acervos, criados e distribuídos arbitrariamente, é fundamental refletir sobre o descontrole das marcações de *tempo* dos registros informacionais, desde as questões supracitadas de deturpação temporal do "antigo" que circula como "novo", às estimativas de datas para fatos nos quais a origem é desconhecida, a um mesmo conteúdo digital que possui mais de uma datação, impossibilitando identificá-lo de forma real no *tempo* etc., são efeitos de um *ser* que interage com o conteúdo, possuindo vontades conscientes e inconscientes, manipulando estruturas temporais, causando desordem.

Os anacronismos, negacionismos e outros contextos distópicos que ecoam na Sociedade da Informação expressam a contradição da transformação digital: a *historicidade* que emerge de um paradigma tecnológico, nutrindo um *horizonte de expectativa* de progresso social à vista das revoluções técnico-científicas (Kunh, 2007) é confrontada pelos impactos negativos do *espaço de experiência* da virtualização. A incompatibilidade entre ambas as categorias meta-históricas é manifesta numa *historicidade* cíclica, utilizando da mediação tecnológica e a possibilidade de interação, reconstrução e recriação dinâmica da experiência do passado para negá-lo, manipulá-lo, substituí-lo e conceber um futuro que destoa dos avanços coletivos.

Sendo assim, as quatro questões relacionadas aos acervos digitais são aproximações recíprocas, demandando uma discussão mútua entre estas a fim de colocar em perspectiva os efeitos dos registros informacionais na presente historicidade e na constituição dos acervos digitais. As reflexões tornam-se relevantes, sobretudo, ao extrair as consequências da difusão e o ensino do conhecimento proveniente destes repositórios no contexto da transformação digital.

Considerações

Em uma sociedade cada vez mais conectada e digitalizada, a tecnologia, portanto, descortina padrões de comportamento humano e novas formas de atuação no mundo. A movimentação da existência se estende às vias digitais, implicando nas variadas percepções do *ser* em nível individual e coletivo. As intensas transformações culturais são previstas em contextos de novos paradigmas, fator que altera o lugar de *tempo* para Koselleck (2006).

Tendo em vista essa nova modalidade da existência em função da transformação digital, a presente *historicidade* a ser analisada e, por conseguinte, o *ser* que a integra, impõe uma nova experiência de *tempo*, de construção e localização dos "fatos", despertando uma reflexão fenomenológica. Se o *horizonte de expectativa*, agora, perpassa por progressos tecnológicos, o exercício do *ser* está alterado frente a um contexto que impõe novas necessidades e formas de participação no mundo: os papéis sociais são redefinidos com base nos critérios de uma sociedade cada vez mais transformada digitalmente e manifesta através do virtual - daí as quatro questões por hora apresentadas como desafios na constituição, utilização e entendimento das fontes digitais disponibilizadas através de acervos virtuais.

As profundas mudanças culturais ocasionadas pelo surgimento desse novo paradigma, em forma e conteúdo, promovem efeitos também de como o *ser* manifesta sua consciência histórica: a inserção no mundo mais recente permeia a ressignificação de conceitos que, anteriormente, bastavam para explicar a interação do indivíduo com o mundo em seu *tempo*. Os desafios da Sociedade da Informação (Kumar, 1995) tornaram obsoletos os clássicos entendimentos e formas de agir no mundo contemporâneo, dentre elas, as que implicam a criação, a produção, a reprodução e o acesso aos bens culturais, que passaram não somente a serem produzidos no ambiente virtual, como também integrados, compartilhados, manipulados, reescritos através destes acervos digitais.

Neste contexto, para além de uma discussão de alcance das ferramentas digitais, é necessário assimilar que a concepção do *ser* neste *tempo histórico* está – e é – profundamente transformada pela tecnologia. As mudanças culturais em torno da experiência deste novo *tempo* são de ordem estrutural, demandando, impreterivelmente, compreender o lugar e o papel da Educação na Sociedade da Informação posto que, do registro à difusão das informações, são muitas as susceptibilidades capazes de gerar distopias como as *fake news*, *bugs*, visões negacionistas ou até mesmo o retorno de ideias ultrapassadas.

Os processos de ensino em história preveem as concepções de *tempo* como parte do saber pedagógico, tornando a narrativa um elemento imprescindível à didática; utilizando o recurso da provocação presente na retórica e tomando como balizador de alcance do objetivo da aprendizagem, o poder de síntese do conhecimento. Mas no tocante ao ofício docente, a problematização da temporalidade no *espaço digital* se encontra em uma via de mão dupla e se estende a todos os aspectos da humanidade: o conhecimento técnico-científico cruza com o saber pedagógico sob um suporte que pode falsear um e outro em termos de percepção, validade e até mesmo existência.

Referências

ARANA, Raul. *Qué es la transformación digital y por qué es necesaria para cualquier negocio*. Madrid: Ttandem, 2020. https://www.ttandem.com/blog/que-es-la-transformacion-digital-y-por-que-es-necesaria-para-cualquier-negocio Acesso: 29/06/2023

BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. I*n*: Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 51-68, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. Revista de História, *[S. l.]*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422 Acesso: 29/06/2023

CHUVA, Márcia. Regina Romeiro (org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf Acesso: 29/06/2023

FREEMAN, C; PEREZ, C. Structural crisis of adjustment: business cycles and investment behavior. DOSI, G. (et al). *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publisher, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. *Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-industrial a Pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MURRAY, Jerome. MURRAY, Marilyn. *The Year 2000 Computing Crisis: a millennium date conversion plan*. New York : McGraw-Hill, 1996.

OLIVEIRA, Albano. *Representação da informação científica: a rede pode ser a gota d'água*. I*n*: SILVA, Rubens; FREIXO, Aurora; TERSO, Iole; ANDRADE, Ricardo (Orgs.). Cultura, representação e informação digitais. Salvador: Edufba, p. 41-54, 2010.

OXFORD Languages. *Word of the Year 2016*. Oxford: Oxford University Press, 2016. https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016-shortlist Acesso: 29/06/2023

PLATÃO. *Timeu-Crítias*. Trad. Rodolfo Lopes. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1ª ed. CECH, 2010.

SHANNON, C. E. A Mathematical Theory of Communication. *The Bell System Technical Journal*, vol. 27, p. 379–423, 623–656, July-October, 1948. https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf Acesso: 29/06/2023.